

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PUBLIC POLICIES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ciências Humanas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776690554](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776690554)

Shirley Martins de Oliveira Carvalho¹

Maria do Carmo Rodrigues Mendes Melo²

Marisa Cássia Rodrigues Mendes³

RESUMO

O artigo analisa a influência das políticas públicas na qualidade da educação infantil, com foco na relação entre sua formulação, implementação e resultados no contexto institucional. Investiga o problema da dissociação entre o avanço normativo e a efetivação prática dessas políticas, evidenciando limitações relacionadas à formação docente, às condições estruturais e à organização pedagógica. Destaca a relevância do tema para a sociedade ao tratar da garantia do direito à educação de qualidade desde a infância e, para a comunidade científica, ao propor uma análise integrada entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente. O estudo tem como objetivo geral analisar como as políticas públicas impactam a qualidade da educação infantil, identificando fatores que interferem em sua efetividade. Adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, utilizando a análise de conteúdo como método para examinar produções acadêmicas e documentos normativos. O procedimento envolve levantamento, seleção, leitura analítica e categorização temática dos dados. Os resultados indicam que há avanços significativos no reconhecimento legal da criança como sujeito de direitos e na definição de parâmetros de qualidade, porém evidenciam uma distância entre o que é previsto nas políticas e sua concretização nas instituições. Apontam que a efetividade das políticas depende de fatores como gestão, recursos disponíveis e formação docente. Demonstram que as práticas pedagógicas são heterogêneas e que a formação de professores é elemento central na materialização das diretrizes educacionais. Revelam ainda a permanência de traços assistencialistas na educação infantil. Conclui que a qualidade da educação infantil não depende apenas da existência de normas, mas da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente. Afirma que a efetividade das políticas exige investimento na valorização profissional e na

melhoria das condições institucionais. Indica a necessidade de abordagens integradas que considerem as dimensões políticas, pedagógicas e formativas para a consolidação de uma educação infantil de qualidade.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Desenvolvimento infantil; Formação docente; Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This article analyzes the influence of public policies on the quality of early childhood education, focusing on the relationship between their formulation, implementation, and results in the institutional context. It investigates the problem of the dissociation between normative advancement and the practical effectiveness of these policies, highlighting limitations related to teacher training, structural conditions, and pedagogical organization. It emphasizes the relevance of the topic to society by addressing the guarantee of the right to quality education from early childhood and, to the scientific community, by proposing an integrated analysis between public policies, pedagogical practices, and teacher training. The study's general objective is to analyze how public policies impact the quality of early childhood education, identifying factors that interfere with their effectiveness. It adopts a qualitative approach, of a bibliographic nature, using content analysis as a method to examine academic productions and normative documents. The procedure involves data collection, selection, analytical reading, and thematic categorization. The results indicate that there are significant advances in the legal recognition of the child as a subject of rights and in the definition of quality parameters, but they highlight a gap between what is foreseen in the policies and its realization in the institutions. They point out that the effectiveness of policies depends on factors such as management, available resources, and teacher

training. They demonstrate that pedagogical practices are heterogeneous and that teacher training is a central element in the materialization of educational guidelines. They also reveal the persistence of welfare-oriented traits in early childhood education. They conclude that the quality of early childhood education depends not only on the existence of norms, but also on the articulation between public policies, pedagogical practices, and teacher training. They affirm that the effectiveness of policies requires investment in professional development and in improving institutional conditions. They indicate the need for integrated approaches that consider the political, pedagogical, and formative dimensions for the consolidation of quality early childhood education.

Keywords: Pedagogical practices; Child development; Teacher training; Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

A educação infantil constitui uma etapa fundamental no desenvolvimento integral das crianças, uma vez que nesse período se estabelecem bases cognitivas, sociais e emocionais determinantes para a trajetória escolar e para a vida em sociedade. Nesse cenário, as políticas públicas assumem papel central ao orientar a organização do atendimento, definir diretrizes pedagógicas e estabelecer parâmetros para a garantia de qualidade nessa etapa da educação básica.

Nas últimas décadas, observa-se uma ampliação significativa do acesso à educação infantil, impulsionada por iniciativas institucionais voltadas à inclusão de um maior número de crianças no sistema educacional. Entretanto, esse avanço quantitativo não

tem sido acompanhado, de forma proporcional, pela consolidação de padrões de qualidade no atendimento oferecido. Persistem desafios relacionados à formação dos profissionais, às condições estruturais das instituições e à efetivação das diretrizes estabelecidas, o que evidencia limitações na implementação das políticas públicas. Apesar da relevância desses aspectos, ainda são restritas as análises que os consideram de maneira articulada, especialmente no que se refere à relação entre formulação, implementação e resultados dessas políticas.

Dessa forma, identifica-se uma lacuna no campo de estudos da educação infantil no que diz respeito à compreensão integrada dos fatores que influenciam a efetividade das políticas públicas e seus impactos na qualidade do atendimento. Tal lacuna compromete uma análise mais aprofundada sobre como essas políticas se materializam no contexto institucional e quais elementos interferem em sua concretização.

Diante desse contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: como as políticas públicas influenciam a qualidade da educação infantil e quais fatores condicionam sua efetividade na prática? Para atender a essa problemática, o objetivo geral consiste em analisar de que forma as políticas públicas impactam a qualidade da educação infantil, considerando os limites e os fatores que interferem em sua efetivação. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as principais políticas públicas voltadas à educação infantil, examinar os critérios de qualidade nelas estabelecidos, analisar os entraves à sua implementação e discutir seus efeitos no contexto das instituições.

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, utilizando a análise de conteúdo como técnica de tratamento dos dados. Esse percurso metodológico possibilita examinar criticamente produções acadêmicas e documentos normativos, contribuindo para a compreensão dos elementos que influenciam a efetividade das políticas públicas e para o aprofundamento da discussão acerca da qualidade na educação infantil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, com abordagem analítica baseada na técnica de análise de conteúdo. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, interpretar e aprofundar aspectos relacionados às políticas públicas e sua influência na qualidade da educação infantil, considerando significados, contextos e interpretações presentes na literatura.

O procedimento metodológico será desenvolvido a partir do levantamento e seleção de obras acadêmicas, como livros, artigos científicos de Bases Google Acadêmico, SciELO, Periódicos Capes, dissertações e documentos oficiais que tratem das políticas públicas na educação infantil. Após a seleção do material, será realizada uma leitura exploratória e analítica, com o objetivo de identificar categorias temáticas relevantes para o estudo. Portanto, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (Lakatos, Marconi. 2003. p. 82)

A análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a organização, interpretação e sistematização das informações coletadas. Esse processo envolverá etapas como a pré-análise, a categorização dos dados e a interpretação dos resultados, possibilitando uma compreensão crítica sobre a efetividade das políticas públicas e seus impactos na qualidade da educação infantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da educação infantil no Brasil exige, inicialmente, um resgate de seu processo histórico de constituição, diretamente relacionado às transformações sociais e econômicas ocorridas entre o final do século XIX e o início do século XX. Nesse período, marcado pela industrialização, a criação das primeiras instituições voltadas à infância não decorreu do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, mas de demandas práticas oriundas da reorganização das relações de trabalho. A crescente inserção feminina no mercado de trabalho evidenciou a necessidade de espaços destinados ao cuidado das crianças durante a jornada laboral. Nesse sentido, Rosa e Souza (2023) afirmam que “a oferta de ensino infantil está associada à maior participação feminina no mercado de trabalho”.

Dessa forma, a constituição das primeiras instituições de atendimento à infância esteve subordinada às exigências do contexto produtivo, assumindo um caráter predominantemente assistencial. As creches, nesse cenário, eram vinculadas a iniciativas filantrópicas, religiosas ou empresariais, tendo como finalidade principal garantir a permanência das mães no trabalho e contribuir para a produtividade das fábricas. Pereira e Teixeira (2025) destacam que “ao longo da história brasileira, a infância foi negligenciada ou

vista sob a ótica da assistência e da caridade, especialmente as crianças das classes populares”. De modo complementar, Gomes (2024) observa que “durante o período de 1900 a 1980 a educação infantil no Brasil, era pautada no higienismo, assistencialismo e na filantropia”, evidenciando a ausência de uma perspectiva educacional estruturada e igualitária.

Esse caráter assistencialista, centrado no cuidado básico e na proteção social, também se articulava a práticas de acolhimento de crianças abandonadas, frequentemente vinculadas a estratégias de controle social e à tentativa de ocultar estigmas associados à maternidade fora do casamento. Tal contexto revela que, historicamente, a infância foi concebida de maneira limitada, distante de uma abordagem que reconhecesse sua centralidade no desenvolvimento humano.

Com o avanço das discussões educacionais e sociais, essa concepção foi progressivamente ampliada, passando a reconhecer a criança como sujeito histórico e de direitos. A incorporação da educação infantil ao campo educacional representou uma mudança significativa, deslocando o foco do assistencialismo para uma perspectiva pedagógica. A partir desse movimento, o tema passou a ser analisado sob diferentes enfoques pedagógicos, sociais e políticos contribuindo para a construção de um marco teórico que compreende a educação infantil como espaço educativo intencional e estruturado.

Nesse sentido, a educação infantil configura-se como a etapa inicial da formação humana, na qual a criança, desde os primeiros anos de vida, constrói formas de pensar, sentir e interagir com o mundo. Esse processo ocorre por meio de experiências, brincadeiras e interações

que favorecem o desenvolvimento integral. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) reforçam essa compreensão ao estabelecer que: Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva [...]

A consolidação da educação infantil como direito social está diretamente relacionada ao reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral do indivíduo. Nesse contexto, as políticas públicas assumem papel central na organização dessa etapa educacional, estabelecendo diretrizes que orientam tanto o acesso quanto a qualidade do atendimento. No entanto, a literatura evidencia que a efetividade dessas políticas não se limita à sua formulação normativa, estando condicionada a fatores como formação docente, organização do trabalho pedagógico e condições institucionais.

Diante disso, observa-se uma lacuna importante nos estudos da área: embora haja avanços na compreensão da educação infantil como direito, ainda são necessários estudos que analisem de forma integrada a relação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente no contexto da qualidade educacional. É nessa perspectiva que este estudo se insere, buscando contribuir para o debate ao articular esses três eixos analíticos.

Políticas Públicas e sua Implementação na Educação Infantil

As políticas públicas voltadas à educação infantil constituem um conjunto de diretrizes e ações destinadas à garantia do direito à

educação desde os primeiros anos de vida. Nesse campo, destaca-se não apenas a formulação de normas, mas, sobretudo, os desafios relacionados à sua implementação nos contextos institucionais. Kramer (2006) afirma que a educação infantil é um direito das crianças e das famílias e um dever do Estado, enquanto Cury (2002) reforça que o direito à educação configura-se como um direito público subjetivo, implicando a obrigatoriedade de sua garantia.

A partir dessas bases legais, estruturam-se políticas como a universalização da pré-escola, a expansão das creches, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Proinfância e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Tais instrumentos orientam o funcionamento da educação infantil e estabelecem parâmetros para sua organização pedagógica e institucional.

Entretanto, a literatura aponta que a implementação dessas políticas ocorre de forma desigual, sendo influenciada por fatores como gestão, recursos disponíveis e interpretação das diretrizes pelos profissionais. Giusto e Ribeiro (2023) destacam que a execução das políticas públicas depende de variáveis institucionais que interferem diretamente em seus resultados. De modo semelhante, Silva (2023) conclui que, evidenciam que a distância entre o que é previsto nos documentos oficiais e o que se concretiza na prática está relacionada a condições organizacionais e materiais.

Nesse sentido, compreender as políticas públicas exige analisá-las como processos dinâmicos, que são constantemente reinterpretados nos contextos locais. Tal perspectiva permite problematizar a ideia de que a simples existência de diretrizes normativas garante sua efetividade, evidenciando a necessidade de investigações que considerem o cotidiano das instituições.

Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

As práticas pedagógicas constituem o elemento central na materialização das políticas educacionais, sendo responsáveis por concretizar, no cotidiano, as concepções que orientam a educação infantil. Nesse contexto, a formação docente assume papel fundamental, uma vez que direciona a construção teórico-metodológica dos educadores, conforme apontado na LDB (Lei nº 9.394/1996).

A educação brasileira é orientada por documentos como a BNCC, fundamentada na Constituição Federal de 1988 e no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme disposto no Art. 26 da LDB, os currículos devem contemplar uma base nacional comum, articulada às especificidades locais.

Mais do que um documento normativo, a BNCC representa uma tentativa de promover equidade educacional, ao definir aprendizagens essenciais para todos os estudantes. No entanto, sua efetividade depende da forma como é apropriada pelos professores no cotidiano escolar.

Nesse cenário, as práticas pedagógicas na educação infantil devem ser intencionais, planejadas e fundamentadas em concepções que reconheçam a criança como sujeito ativo. Santos, Nascimento e Campelo (2024) ressaltam a importância de rotinas que integrem atividades formativas, assegurando os direitos de aprendizagem.

Assim, interações, brincadeiras e experiências significativas tornam-se elementos estruturantes do trabalho pedagógico.

Entretanto, é necessário avançar na compreensão de como essas práticas se desenvolvem na realidade das instituições, considerando os desafios impostos pelas condições concretas de trabalho. A análise das práticas pedagógicas, portanto, não pode se limitar à prescrição normativa, devendo contemplar sua efetiva realização.

Formação Docente e Qualidade da Educação Infantil

A formação docente constitui um dos principais fatores que influenciam a qualidade da educação infantil, estando regulamentada por normativas como a Resolução CNE/CP nº 1/2019 e a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui a BNC-Formação. Essas diretrizes estabelecem a necessidade de uma formação que articule fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e desenvolvimento de competências profissionais.

Nesse contexto, Simionato e Hobold (2021) apontam que a BNC-Formação, articulada à BNCC, reflete demandas contemporâneas relacionadas ao papel do professor na sociedade do conhecimento. Tal perspectiva evidencia tensões entre a formação crítica e as exigências do modelo educacional vigente.

Dessa forma, torna-se fundamental preparar professores capazes de compreender a criança em sua integralidade, respeitando suas especificidades e promovendo práticas pedagógicas significativas. A formação continuada, nesse sentido, assume papel estratégico, ao possibilitar a atualização profissional e a reflexão sobre a prática. Tardif (2014) contribui para essa discussão ao destacar a complexidade do trabalho docente, que exige a articulação entre

saberes teóricos e experiências práticas. Assim, a formação não pode ser compreendida como um processo pontual, mas como um percurso contínuo.

A relação entre formação docente e qualidade educacional evidencia que a efetivação das políticas públicas depende da atuação dos profissionais. Professores bem preparados tendem a desenvolver práticas mais consistentes, contribuindo para a promoção de experiências educativas significativas.

ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados, realizada a partir da revisão bibliográfica e da técnica de análise de conteúdo, evidenciou que as políticas públicas voltadas à educação infantil apresentam avanços significativos no plano normativo, especialmente no que se refere ao reconhecimento da criança como sujeito de direitos e à definição de parâmetros de qualidade. No entanto, os resultados indicam que há uma dissociação entre formulação e implementação dessas políticas, o que compromete sua efetividade no contexto das instituições.

Esse achado confirma as discussões presentes no referencial teórico, especialmente no que diz respeito à compreensão das políticas públicas como processos dinâmicos e condicionados por múltiplos fatores. Conforme apontado por Giusto e Ribeiro (2023) e Silva e Silva (2023), a efetivação das políticas depende diretamente das condições institucionais, da gestão e dos recursos disponíveis, o que foi corroborado pela literatura analisada.

Além disso, os dados evidenciam que a formação docente constitui um elemento central na materialização das políticas públicas, uma

vez que são os professores os responsáveis por traduzir as diretrizes normativas em práticas pedagógicas concretas. Esse resultado está em consonância com as contribuições de Tardif (2014), que destaca a complexidade do trabalho docente e a necessidade de articulação entre saberes teóricos e práticos.

No que se refere às práticas pedagógicas, observou-se que, embora documentos como a BNCC e as DCNEI estabeleçam princípios claros como a centralidade da criança, o brincar e as interações, sua aplicação no cotidiano escolar ocorre de forma heterogênea. Esse dado reforça a ideia de que a existência de diretrizes não garante, por si só, sua efetivação, sendo necessário considerar os contextos concretos de atuação.

Outro aspecto relevante identificado na análise diz respeito à permanência de traços históricos assistencialistas na educação infantil. Apesar dos avanços legais e teóricos, ainda se observa, em alguns contextos, uma concepção que prioriza o cuidado em detrimento da dimensão pedagógica, conforme discutido por Gomes (2024) e Pereira e Teixeira (2025). Esse resultado evidencia a persistência de concepções históricas que influenciam as práticas atuais.

Dessa forma, os achados deste estudo reforçam a necessidade de uma análise integrada entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente, conforme proposto nos objetivos da pesquisa.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que as políticas públicas voltadas à educação infantil representam um avanço significativo no reconhecimento da criança

como sujeito de direitos e na definição de parâmetros para a qualidade educacional. No entanto, evidenciou-se que tais avanços, embora consistentes no plano normativo, ainda enfrentam desafios expressivos no que se refere à sua efetivação no contexto das instituições.

Os resultados apontam que a qualidade da educação infantil não depende exclusivamente da existência de diretrizes legais, mas está diretamente condicionada a fatores como a formação docente, as condições estruturais das instituições e a organização das práticas pedagógicas. Nesse sentido, verificou-se que há uma distância entre o que é proposto pelas políticas públicas e o que se concretiza no cotidiano escolar, revelando fragilidades no processo de implementação.

Além disso, constatou-se que as práticas pedagógicas desempenham papel central na materialização dessas políticas, sendo influenciadas pelas concepções dos professores e pelas condições de trabalho. A formação docente, portanto, emerge como elemento estratégico para a promoção de uma educação infantil de qualidade, uma vez que possibilita a construção de práticas mais intencionais, críticas e alinhadas às diretrizes educacionais.

Outro aspecto relevante diz respeito à permanência de influências históricas de caráter assistencialista, que ainda se fazem presentes em alguns contextos, indicando a necessidade de consolidação de uma perspectiva pedagógica que reconheça a criança em sua integralidade.

Dessa forma, conclui-se que a efetividade das políticas públicas na educação infantil exige uma abordagem integrada, que articule

formulação, implementação e prática pedagógica. Torna-se fundamental, portanto, investir não apenas na elaboração de políticas, mas também em estratégias que garantam sua concretização, especialmente por meio da valorização dos profissionais da educação e da melhoria das condições institucionais.

Por fim, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre a qualidade na educação infantil, ao evidenciar a complexidade dos fatores envolvidos e a necessidade de análises que considerem, de forma articulada, as dimensões políticas, pedagógicas e formativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009, de 10 de novembro de 2009. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 10/2009, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2009. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 05 abr. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução. CNE/CP nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 DOU nº 247, 23.12.2019, Seção 1, p.115 <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CNE-CEB-002-2019-12-20.pdf> Acesso 10 abr.2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2026

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso 10 abr.2026.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245–262, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/563>. Acesso em: 10 abr. 2026.

GOMES. Mariana Silva Souza. **Educação Infantil Assistencialista no Brasil (1900-1980): um recorte histórico**. Anais de Colóquios de Políticas e Gestão da Educação. Universidade Federal de São Carlos. 2024.

<https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/view/1154/1361>. Acesso em: 05 abr. 2026.

GIUSTO, Maria; RIBEIRO, João. **Implementação de políticas públicas no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 100–120, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12951/209209210857>. Acesso em: 09 abr. 2026.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental**.

Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006. www.scielo.br > Acesso em 05 abr. 2026.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

PEREIRA, Fábio José; TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. Breve histórico sobre a educação infantil no Brasil: trajetória, avanços e desafios contemporâneos. Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 11, p. e10496, nov. 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n11-105. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10496>>. Acesso em: 10 abr. 2026

ROSA, Maria Victoria Garcia; SOUZA, Kênia Barreiro de; FERNANDES, Adriana Sbicca. **Reflexos da maternidade: a relação entre o ensino infantil e o trabalho da mulher**. Economia Aplicada, v. 27, n. 4, p. 509-536, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1980-5330/ea184462>. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Romilda Márcia Tavares dos; NASCIMENTO, Kely-Anee Oliveira; CAMPELO, Fernanda da Silva. Rotinas e práticas pedagógicas na Educação Infantil 2024. ISSN 2358-8829 Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024>. Acesso 10 abr.2026.

SILVA, Ádila Marta da Silva e. **O processo de verticalização do ensino na perspectiva de gestores do IFAM** - Campus Manaus Centro / Manaus, 2024. Dissertação (Mestrado em Educação). IFAM, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br> Acesso 10 abr.2026.

SIMIONATO Margareth Fadanelli, HOBOLD, Márcia de Souza. Revista Práxis Educacionalv.17, n.46, p. 72-88, jul./set. | 2021.Vitória da Conquista/Bahia. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/8917/5834> .Acesso 10 abr.2026.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://www.vozes.com.br/saberes-docentes-e-formacao-profissional>. Acesso em: 06 abr. 2026.

¹ E-mail: shirleymoc09@gmail.com. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5472692874193193>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6990-9995>

² E-mail: madumendes33@yahoo.com. Lattes ID: 1701039719963596

³ E-mail: marisakssia@gmail.com. Lattes ID: 2607695444011838